

# ***Império e multidões no pensamento filosófico-político de Antonio Negri***

Luigi Bordin\*

**Title:** *Empire and Multitudes in Antonio Negri's Philosophical-Political Thinking*

## **Resumo**

Diante duma esquerda bastante confusa e incapaz de análises, propostas e ações positivas, para enfrentar à altura a ofensiva neoliberal, parece salutar confrontar-nos com as posições de Antonio Negri, um dos filósofos políticos mais importantes da esquerda radical hoje. Apresentaremos sinteticamente os aspectos principais do seu pensamento filosófico-político. Focalizaremos, de um lado, sua trajetória teórica das décadas de 60 a 80: sua contribuição ao neomarxismo italiano, seu encontro com a ética e ontologia de Espinosa, a hibridação do seu marxismo com a filosofia pós-estruturalista francesa de Deleuze, Guattari e Foucault; de outro lado, a partir do seu importante livro *Império*, exporemos sua crítica radical ao poder imperial no contexto do paradigma do “biopoder” hoje e sua reflexão sobre a resistência das multidões.

---

\* IFCS, UFRJ. E-mail: bordin@ifcs.ufrj.br

*Palavras-chave:* nova ordem jurídico-econômico-política, produção biopolítica, administrando a sociedade global de controle, resistência, multidões contra o Império.

## Abstract

In view of a left that is quite confused and unable to undertake positive analyses, proposals and actions in order to adequately face the neoliberal offensive, on it seems salutary to deal with the positions of Antonio Negri, one of the most important political philosophers of the radical left today. This article concisely discusses the main aspects of his philosophical-political thinking. It focuses, on the one hand, on his theoretical trajectory from the '60s to the '80s: his contribution to Italian neo-Marxism, his encounter with Spinoza's ethics and ontology, the hybridization of his Marxism with the French post-Structuralist philosophy of Deleuze, Guattari and Foucault; on the other hand, on the basis of his important book, *Empire* it describes his radical critique of imperial power in the context of the paradigm of present "bio-power" and his reflection on the multitudes' resistance.

*Key words:* new legal-economic-political order, biopolitical production, administration of the global control society, resistance, multitudes against the Empire.

### *1 - Negri e "operaismo italiano": a sociedade como fábrica social*

44

A trajetória de Negri como intelectual remonta aos inícios dos anos 1960, quando se tornou, ainda jovem, professor titular da Universidade de Pádua (Itália), ocupando-se de teoria jurídica e constitucional e ministrando cursos sobre a Doutrina do Estado. Sempre se considerou comunista, nunca, porém, fez parte do PCI: o Partido Comunista Italiano. Militou, ao invés, na esquerda

extraparlamentar, nos movimentos operários que, não se sentindo representados pelos partidos e sindicatos da esquerda oficial, se assumiam como movimentos autônomos: “autonomia operária”, “poder operário”, etc. Nesse tempo, os teóricos dessas correntes, como Mário Tronti (Tronti, 1971), Antonio Negri (Negri, 1978) e outros, em suas análises sobre o keynesianismo, tinham explicitado como a estratégia keynesiana, com sua proposta de intervenção do Estado na economia, não era tanto uma concessão aos direitos dos trabalhadores, mas representava uma resposta do capital ao êxito das lutas operárias contra a exploração (Cleaver, 1981, p. 66-82). Interpretaram, pois, “o plano do capital” como uma estratégia para enfrentar a insurgência da classe operária, que, desbordando suas lutas fora da fábrica, as estendiam também aos estudantes, às mulheres, aos desempregados, etc. Tinham compreendido que a reprodução burguesa da classe trabalhadora envolvia não só o trabalho na fábrica, mas também no lar e na sociedade, isto é, a própria sociedade como um todo estava tornando-se uma grande fábrica social. O conceito de classe operária tinha, pois, que ser redefinido para incluir nela também os trabalhadores fora da fábrica.

O mais importante, porém, foi que se compreendeu que, se a classe operária se tinha tornado, sob a estratégia capitalista, parte do capital, todavia, através da resistência e da luta, ela sempre podia também se constituir como um poder autônomo, como a base de um novo poder constituinte, para perturbar o processo de acumulação e, com isso, desligar-se do capital. A crise econômica vinha, dessa forma, reinterpretada em termos das relações de poder entre as classes, considerando a competição como sendo apenas um dos elementos dessa relação (Bologna e Negri, 1972).

A partir dessas análises e dessas lutas, implementou-se, nos anos 1960-70, uma fecunda leitura político-estratégica de *O capital* que permitiu ver como, na teoria, há sempre duas perspectivas: a do capital em contraposição àquela da classe operária. Disso deriva que a análise de

toda categoria e de todo fenômeno deve ser sempre dupla: fora dessas duas perspectivas não há “objetividade”.

O capital nos aparece, pois, como relação de classe que é sempre também uma relação de luta. De um lado, a classe capitalista tenta impor sua ordem social com todas as suas categorias e determinações, de outro, a classe operária procura afirmar seus interesses autônomos questionando “as regras de jogo” da sociedade capitalista. Trata-se de esclarecer a importância e o significado que cada uma dessas determinações e “regras” possui para a classe operária, e não simplesmente aceitá-las como “objetivamente dadas”.

## *2 - Negri e Espinosa: para uma filosofia coletiva da liberdade*

Uma referência importante no pensamento de Negri, depois de Marx, foi Espinosa, sobre o qual escreveu um importante livro (Negri, 1981). Nesse tempo, 1979, ele encontrava-se detido na prisão sob a acusação de incentivar com suas obras a revolução de grupos armados, embora nunca tivesse sido a favor da luta armada. A solicitação para escrever este livro foi fundamentalmente ética: “uma tentativa – como ele confessou – de descobrir a razão da minha resistência, de por que não me arrependia, por que resistia, por que continuava a combater. Eu tinha necessidade do eterno para confrontar-me com o estado de exceção, era necessário redescobrir Deus, redescobrir a dignidade, redescobrir os valores que são absolutamente fundamentais e com os quais não se rompe” (Negri, 1999, p. 9).

46

O que interessava a Negri, no estudo da ética e da política de Espinosa, não eram tanto a gênese do Estado burguês e sua crise, mas as alternativas teóricas e as possibilidades subjetivas da revolução em ato (Negri, 1981, p. 16). Com efeito, para Espinosa, a democracia não é a política do indivíduo egoísta em busca do seu interesse, mas a ação da “multidão” organizada na produção. Isto é, Espinosa propunha, já naquela época, em 1600, que a multidão se tornasse Estado, eliminando dessa forma cada solução jurídica idealista.

O pensamento de Espinosa se apresenta, pois, segundo Negri, como uma filosofia alternativa à filosofia, ideologicamente hegemônica, funcional ao desenvolvimento da burguesia que se dobra à ideologia do mercado, na forma determinada imposta pelo novo modo de produção, em que a mistificação do mercado se torna utopia de desenvolvimento. “Diante de uma política hegemônica que quer o político como o reino da astúcia e do domínio, Espinosa afirma o político como *poder moderado*, isto é, como constituição determinada de consenso e de organização para a liberdade coletiva” (Negri, 1981).

A filosofia de Espinosa, enquanto filosofia humanista que acompanha as revoluções burguesas, foi uma filosofia da apropriação, como a de Hobbes. Só que Espinosa recusa a conclusão hobbesiana da sujeição ao absolutismo. A diferença entre Hobbes e Espinosa está no sentido ontológico que Espinosa atribui à apropriação. Ele parte não do horizonte do soberano, mas da liberdade coletiva: a liberdade da multidão. Espinosa recusa a apropriação reduzida só ao interesse egoísta e a revolução burguesa reduzida só à conservação política ou a mera transformação funcional das estruturas de domínio. Apropriação para ele é sinônimo da nova força produtiva. Enquanto em Hobbes a categoria da apropriação se traduz na sujeição autoritária ao soberano, Espinosa desmistifica tudo isso. Ele é, pois, o anti-Hobbes por excelência: mantém o tema da apropriação como tema central e exclusivo, recusando, porém, distorcer-lhe o sentido num horizonte de interesses egoístas (Negri, 1981). Nessa releitura do pensamento de Espinosa, Negri também propõe implicitamente uma nova leitura da história do pensamento político da modernidade. Parece-lhe que, contra o filão clássico do pensamento burguês que, de Hobbes a Rousseau, Kant e Hegel, constitui o conceito de soberania e de uma prática de alienação política, se ponha uma corrente de pensamento verdadeiramente subversiva, que, de Maquiavel a Espinosa e Marx, assume a vida, a razão e a liberdade como o contrário da ordem capitalista e de cada mistificação do Estado.

Em resumo, Negri encontra na filosofia de Espinosa uma ética e uma ontologia da imanência e da potência constitutiva da ação produtiva, não do indivíduo, possessivo e egoísta, mas das multidões que, a partir de suas necessidades corporais e materiais e de seus desejos, nos impulsionam para a busca da nossa liberdade.

### 3 - *Negri e a fecunda relação com Foucault, Deleuze e Guattari*

Com seu exílio em Paris em 1983, começou para Negri uma nova fase de produção intelectual, em que ele iria conjugar seu marxismo com algumas importantes contribuições da filosofia pós-estruturalista francesa. Nessa época escreve *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade* (Negri, 2002).

Segundo Negri, as tendências marxistas do pensamento sempre foram tendências abertas às transformações e, por isso, capazes de identificar os elementos da própria transformação presente no real. Do ponto de vista filosófico, ele acredita que hoje se deva falar de marxismo em termos infinitamente mais amplos do que se falou em relação ao marxismo na sua tradição, na sua ortodoxia. Não acredita que se possa falar de um marxismo perene: um marxismo que se reproduza como uma espécie de dogma. E reconhece que a contribuição da filosofia francesa pós-estruturalista, de Foucault a Guattari e Deleuze, foi extremamente importante para a recuperação de toda uma série de dimensões subjetivas, que foram próprias do movimento revolucionário e do marxismo, dentro daquilo que é a crítica do cotidiano (Negri, 2003, p. 22-23). Como sabemos, o último Foucault começou a conceber o poder não como uma instância centralizada, mas como um conjunto pluralizado de mecanismos de censura e de gratificação. Em particular, mostrou como, através de estratégias anônimas colocadas em ação por “biopoderes”, isto é, por formas de gestão política da vida, o poder chega ao controle da reprodução, da consciência e da corporeidade (Foucault, 1989). De Foucault, Negri mutuou a idéia de

“biopoder” e de resistência; de Deleuze e Guattari, tomou diversos conceitos, entre os quais o da singularidade, da multiplicidade e da positividade do desejo, que lhe permitiram aprofundar seu conceito de multidões e também a idéia de resistência (Deleuze e Guattari, 1992).

Negri se apropriou de diversos conceitos importantes desses pensadores, todavia os reinterpretou criativamente inserindo-os dentro da sua perspectiva teórica marxista politicamente comprometida. Na medida em que valoriza estes filósofos, sabe, porém, distanciar-se deles quando necessário. Dá-se conta, por exemplo, de que as análises do biopoder de Foucault foram uma grande contribuição, mas constata também que ele não entendeu a dinâmica real de produção na *sociedade biopolítica* (Hardt e Negri, 2001, p. 47). Por outro lado, quando se refere a Deleuze e Guattari, nota que eles “descobrem a produtividade da reprodução social [...] mas conseguem articulá-la apenas superficial e efemeramente, como um horizonte caótico e indeterminado, marcado pelo evento inalcançável” (Hardt e Negri, 2001). A essa altura, deve-se ter presente também como houve toda uma série de interpretações discutíveis de certas idéias de Foucault. Por exemplo, as temáticas das micropolíticas e dos biopoderes, no início dos anos 1980, foram retomadas por filósofos conservadores e de direita, que as utilizaram como armas contra as práticas sociais do *Welfare State*, em polêmica direta com as reivindicações sociais das classes trabalhadoras. É fato, todavia, que o contato e o diálogo fecundo que Negri teve com esses grandes filósofos foram fundamentais para uma renovação e a abertura de seu próprio pensamento.

49

#### 4 - Uma "teoria crítica" da globalização imperial

Depois da ofensiva neoliberal e do martelar do discurso único por diversos anos, o livro *Império*, escrito em parceria com Michael Hardt, representou um poderoso contradiscurso à apologia neoliberal da globalização. Tra-

ta-se de uma teoria crítica da globalização em que os autores fazem uma análise cáustica do mundo como ele é, sem concessões às interpretações arrogantes da direita, aos mitos conformistas do centro ou aos discursos lamentosos de muitos na esquerda. A publicação de *Império* produziu um impacto. Logo traduzido e difundido no mundo todo, foi lido, discutido e debatido nos *campi* de várias universidades, fóruns e movimentos contra a atual globalização.

Segundo os nossos autores, a globalização se apresenta aos nossos olhos antes de tudo como o mercado mundial, que se consolidou enormemente na cooperação informática de tipo financeiro e que constitui o âmbito de vida não só das elites ocidentais, mas das elites do mundo todo. Existe uma profunda unidade na classe dirigente mundial que se realizou em termos não só políticos, mas também de valores compartilhados (o membro da classe dirigente americana, aquele das famílias industriais européias, os ricos petroleiros do Oriente Médio, mas também o capitalista nigeriano ou brasileiro, o mafioso russo, todas essas elites investem em ações nos bancos americanos e mandam seus filhos estudar em Harvard). Atrás dessas elites estão as estruturas do grande capital: uma rede de acordos comerciais (privados) de troca, que passam acima das legislações nacionais, e o afirmar-se de regras (totalmente privadas) de uma nova “lei de mercado” que subtraiu aos Estados nacionais a capacidade de validar os contratos (cerca de 80 por cento dos contratos além de uma certa quantia de dinheiro seria validado diretamente por acordos estipulados em escritórios de advogado). O mercado necessita de ordem, não existiria se não existisse já uma ordem (Hardt e Negri, 2001, p. 21-26). A idéia da mão invisível do mercado é um mito, o que existe na realidade são forças poderosas que o organizam dentro de uma ordem: maior o mercado e mais necessário um ordenamento jurídico que prevê um poder.

Essa nova ordem, imposta pela globalização do mercado, levou também a uma mudança em relação ao direito internacional. Desapareceu, dessa forma, o direito in-



ternacional vestfaliano dos Estados soberanos (Hardt e Negri, 2001, p. 156-174). Com efeito, hoje o mundo não é mais governado por sistemas políticos estatais, mas por uma única estrutura de poder, o império, em um sistema político descentralizado e desterritorializado. Tudo isso significa o definhamento das soberanias nacionais. Com isso se modificou substancialmente também o direito internacional privado, que agora está ligado mais aos interesses das grandes corporações internacionais que aos dos Estados nacionais. Indiretamente, essas corporações são as verdadeiras legisladoras. Quanto ao direito internacional público, como não ver seu fracasso diante da atual fragilidade das Nações Unidas? O mercado mundial e as forças que o sustentam se unificaram politicamente em torno do que desde sempre foram os signos da soberania: os poderes militar, monetário, comunicacional, cultural e lingüístico (Hardt e Negri, 2001, p. 203-222).

Todavia, esse processo da constituição do império está ainda em curso: não possui ainda um lugar institucional bem definido. Hardt e Negri identificam alguns lugares ou formas do governo imperial: em primeiro lugar, o poder monárquico que os Estados Unidos se atribuíram junto ao grupo do G 8 e outras instituições monetárias e comerciais; em segundo lugar, o poder aristocrático das multinacionais que estendem suas redes sobre o mundo.

O novo comando imperial se exerce através de instituições políticas e aparatos jurídicos cujo objetivo é essencialmente a garantia da ordem global que permita o funcionamento normal da economia de mercado. Neste contexto, também a guerra se torna um meio de controle como momento extraordinário de uma ampla função policial permanente (Hardt e Negri, 2001, p. 194-201 e p. 347-358). Aliás, a guerra e a função policial se tornaram um fundamento do Império.

Constatou-se isso claramente com a Guerra do Golfo, que foi a primeira ação do mundo ocidental, em particular do mundo americano, para declarar que a bipolaridade

entre Estados Unidos e União Soviética estava terminada. O ataque ao Iraque foi uma primeira ação de polícia internacional, transformando assim o próprio conceito de guerra no de polícia. Na reação que o governo Bush implementou para vingar os Estados Unidos está definida uma nova política que altera totalmente as relações com o mercado mundial e que tem como objetivo criar uma nova realidade, onde os EUA e aliados possam mais facilmente retomar em suas mãos o processo imperial. Na verdade, as guerras de George Bush não deixam de ser um golpe de Estado contra a humanidade para impor um novo clima político e, assim, conseguir comandar a mundialização. Para isso, é necessário um clima de golpe para tornar a guerra, evidentemente, fonte de legitimação do poder (Negri, 2004, p. 74). O livro *Império* não é absolutamente contra a globalização, mas a assume como seu horizonte básico, indaga sobre ela e a interpreta, para depois se perguntar sobre as regras de jogo imperiais, sobre quem comanda, quem barganha, quem perde e sobre as possíveis resistências e lutas das multidões.

## 5 – A produção biopolítica da ordem mundial

Em relação ao funcionamento da máquina imperial, Hardt e Negri, apoiando-se nas célebres análises de Foucault sobre a sociedade disciplinar e a sociedade de controle, salientam com força a dimensão biopolítica do novo poder. Exercido mediante a alta tecnologia de sistemas de comunicação e redes de informação, o poder imperial organiza e dirige não só o mercado, mas, através de sistemas de bem-estar, de atividades monitoradas, influencia e controla também as consciências, as mentes, os corpos, com a finalidade de provocar um estado de alienação, independentemente do sentido da vida e do desejo de criatividade. Para isso o sistema produz também, conscientemente, códigos infectados e epidêmicos destinados a impedir uma consciência crítica (Hardt e Negri, 2001, p. 42-43).

Estamos, pois, mergulhados numa sociedade de controle onde o poder se estende sobre tudo, abrangendo tam-

bém toda a esfera da vida, da morte, da fartura, da pobreza, da produção e da reprodução social.

A constituição jurídica supranacional, as organizações da ONU e as grandes agências transnacionais das finanças e do comércio assumem sua relevância precisa quando vistas, justamente, dentro da dinâmica da produção biopolítica da ordem mundial. Com efeito, as estruturas conglomeráticas e megaprodutivas das corporações transnacionais permitem a extensão do biopoder. São elas que articulam biopoliticamente os territórios globais e as populações, que “tendem a fazer dos Estados nacionais meros instrumentos de registro de fluxo de mercadorias, que distribuem a força de trabalho pelos mercados, alocam recursos funcionalmente e organizam hierarquicamente os diversos setores mundiais de produção” (Hardt e Negri, 2001, p. 50-51). Em outros termos, no contexto do biopoder, as grandes potências industriais, financeiras e da comunicação produzem não só mercadorias, mas também e sobretudo subjetividades. Isto é: produzem linguagens, necessidades, relações sociais, corpos e mentes, constroem o simbólico e o imaginário. Não apenas organizam a produção, mas a justificam. É tudo isso que legitima a nova ordem mundial e faz com que a máquina imperial se torne autopoietica ou sistêmica (Hardt e Negri, 2001, p. 52). Todavia, a legitimação maior do poder imperial vem do exercício de sua força, particularmente da eficácia com que a usa em suas diversas modalidades, intervindo em diversos campos: econômico-produtivo-monetário, jurídico, militar e moral. No contexto biopolítico, a intervenção moral, que se realiza sobretudo através de organizações não-governamentais, é muitas vezes a linha de frente da intervenção imperial e, geralmente, serve como primeiro ato que prepara o palco para a intervenção militar (Hardt e Negri, 2001, p. 54-55). A intervenção militar entra em jogo quando se faz necessário empreender uma “guerra justa” contra “terroristas” (os inimigos do poder imperial) ou grupos empresariais corporativos ou máfias. O Império se considera sempre em um estado de exceção

permanente e justifica suas intervenções militares em vista da “manutenção da paz” (isto é, da *lex mercatoria*). “A ordem mundial imperial é formada não apenas com base em seus poderes de acumulação e extensão global, mas também com base em sua capacidade de desenvolver-se mais profundamente, para renascer e se estender por todas as treliças da sociedade mundial” (Hardt e Negri, 2001, p. 60). “No Império e seu regime de biopoder, produção econômica e constituição política tendem, cada vez mais, a coincidir” (Hardt e Negri, 2001).

## 6 - As lutas operárias contra o Estado-nação desde sempre inimigo da classe operária

Não é fácil para nós desvencilhar-nos da ideologia liberal burguesa que nos dá uma visão idealizada do Estado-nação. Por isso, é necessário frisar que, historicamente, o Estado-nação, em sua função de regulador do modo de produção capitalista, foi sempre um inimigo da classe operária. É desde os séculos XVI e XVII que o Estado-nação foi um espaço formidável para o desenvolvimento do capital e a regulação geral da sociedade. Em particular, foi um lugar essencial para o controle das lutas operárias e também das lutas camponesas, tanto nos países centrais quanto nos países coloniais do Terceiro Mundo. “O conceito de nação na Europa desenvolveu-se no terreno do Estado patrimonial absolutista” (Hardt e Negri, 2001, p. 111ss). Com as revoluções burguesas, inglesa e francesa, houve um aperfeiçoamento do conceito, mas por trás da dimensão ideal de nação estavam as classes proprietárias (burguesia e aristocracia) que já dominavam os processos de acumulação. A nação “era, ao mesmo tempo, a hipóstase da vontade geral rousseauiana e a ideologia industrial concebida como *comunidade de necessidades* (ou, seja, a regulamentação capitalista do mercado), que no longo período da acumulação primitiva na Europa foi mais ou menos liberal e sempre burguesa” (Hardt e Negri, 2001, p. 114). “A identidade de povo foi construída num plano

imaginário que escondia e/ou eliminava diferenças, e isso correspondeu, na prática, à subordinação racial e à purificação social” (Hardt e Negri, 2001, p. 121). Não devemos esquecer, todavia, que historicamente ocorreram sempre lutas da classe operária contra a tirania do capital e lutas de resistência e de libertação por parte dos povos oprimidos contra o colonialismo e o imperialismo. Por imperialismo deve-se entender a extensão da ação do Estado-nação fora de suas fronteiras com a finalidade de ocupar territórios em busca de matérias-primas. Como sabemos, os custos humanos e sociais do colonialismo e do imperialismo foram altos: pilhagem, escravidão, racismo, repressão, massacres, populações aniquiladas, civilizações destruídas.

Mas também as resistências e as lutas de libertação foram ampliando-se e acumulando-se. A década de 1960, em particular, foi um momento nodal em que o velho equilíbrio se deteriorou. Nessa época, o Estado foi atacado tanto em seu papel regulador da produção capitalista dentro de cada país como em sua função imperialista. As lutas foram tão acirradas na metade do século XX que se chegou a um ponto em que deixou de ser possível, por parte do capital e do Estado-nação, controlar a classe operária dentro do espaço nacional. Esta foi uma época de lutas e rebeliões no mundo todo: revoltas estudantis, lutas dos negros americanos contra o racismo, luta contra a guerra do Vietnã e guerrilhas e lutas antiimperialistas na América Latina e em todo o Terceiro Mundo. Foi também a época das revoluções cubana e nicaragüense. Diante de tudo isso, o próprio capital se deu conta de que não era possível continuar dominando. Daí a necessidade de dar nova vida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, instrumentos que foram criados no final da Segunda Guerra Mundial para regular a reconstrução e que se converteram agora em instrumentos de regulação mundial. Com isso, toda uma série de poderes foi transferida a essas instâncias supranacionais, que, não existindo um controle democrático internacional, agem

de forma arbitrária. Precisa-se insistir no fato de que a globalização foi imposta pelas lutas da classe operária, foi invocada pelos povos do Terceiro Mundo, foi desejada pelo proletariado dos países ex-socialistas do leste europeu, foi pedida como superação do poder asfixiante dos Estados-nação. Com efeito, o internacionalismo sempre foi bandeira do mundo operário. A globalização nunca teria existido sem as lutas antiimperialistas, mas foram as lutas operárias que provocaram a inflação nos países capitalistas avançados, tornando impossível governar através do espaço nacional na Europa e na própria América.

## 7 - A contradição do Império e a resistência das multidões

A grande contradição do Império é a conexão profunda de interesses com a gestão privada desses interesses que determina níveis de exploração, de trocas desiguais terríveis. Nesse Império todo o mundo trabalha, tanto os trabalhadores formais quanto os informais, todo o mundo produz riqueza, porém o que valida o trabalho não é tanto a participação efetiva na produção da riqueza, e sim a subordinação a formas de controle do poder imperial. Isto é, o capital, gerido por uma elite mundial, através das medidas neoliberais e da redefinição do Estado social, “devora” essa força de trabalho. Com a passagem do *fordismo* ao *pós-fordismo*, com a privatização e terceirização, com a fragmentação dos sindicatos, desapareceu a concentração organizadora das classes operárias (Negri, 2000, p. 25). Isto é: o trabalho foi separado de sua potência política derivada dos trabalhadores reunidos no interior das fábricas, organizados em estruturas sindicais e políticas fortes. A destruição dessas estruturas deixou atrás de si uma massa informe: um enxame de empregados, desempregados, biscateiros, camelôs... O trabalho menos qualificado é hoje jogado aos confins do Império, naqueles lugares onde a classe trabalhadora é mais desorganizada e sem chance de reivindicações. Todavia, essa multidão não é composta só de pobres

e miseráveis; existe hoje, como na Holanda da época de Espinosa, uma multidão rica, no sentido de que existe uma massa de trabalhadores intelectuais e de instrumentos produtivos que foram interiorizados, encarnados nos sujeitos que constituem a sociedade. “Hoje, multidão é isso: uma multidão que subtrai ao poder toda transcendência possível e que não pode ser dominada senão de forma parasitária, portanto, feroz” (Negri, 2000, p. 31).

Atualmente, conforme Negri, estamos vivendo um momento em que se está produzindo uma forte acumulação de forças e criando um movimento global anticapitalista. Começa a faltar o consenso ao grande capital e começa-se a identificar bandeiras de luta. Antes de tudo, a luta por um salário garantido a todos, a partir do direito à vida para todo o gênero humano (Negri, 2000, p. 36-37). Começa-se, depois, a compreender que a base da produtividade não é o investimento capitalista, mas o do cérebro humano socializado. Outras bandeiras são a luta por uma cidadania universal que permita a cada um ter livre acesso em qualquer parte do mundo para trabalhar e, ainda e sobretudo, o direito de uma apropriação coletiva das novas tecnologias a utilizar-se em função do bem comum.

## 8 - *Para a construção de uma nova esquerda*

Entenderemos mais claramente as considerações de Negri acerca das resistências e das lutas das multidões, quando compreendermos melhor o pensamento de Espinosa. Ele sempre pensou que os sistemas políticos deveriam ser sistemas de liberdade, onde todos participassem, e que cada indivíduo que tivesse sido separado do sistema político estava morto. Ele odiava a morte, e todos aqueles que introduziam caminhos que conduzem à morte na linguagem, na relação passional e no mundo simbólico, eram considerados como verdadeiros inimigos: patrões, elites, burocracias etc. Espinosa nos mostrou que existe a necessidade de construir um mundo em que efeti-

vamente os caminhos da morte não existam mais. Ele afirmou isso, não só porque essa necessidade é intrínseca ao homem e suas paixões, mas porque existe uma possibilidade de fazê-lo, pois não o realizar seria ir contra a própria natureza (Negri, 2001).

O que fazer hoje, nessas condições, dentro do contexto do biopoder imperial? Diante dum capitalismo sempre mais parasitário e predador, devemos procurar compreender como se constrói a resistência à guerra, à miséria e à exploração. Hoje o quadro global da resistência se tornou poderoso na medida em que, apesar da contínua operação repressiva que as armadas imperiais produzem, se dão sempre, na globalização, espaços livres, dobras e fendas através dos quais pode-se resistir. Tal resistência se estende, no e através do império, contra todas as estruturas centrais e periféricas do poder. Trata-se de esvaziá-las subtraindo a capacidade produtiva ao capital. Trata-se de organizar a multidão transformando-a em subjetividade política.

O dilema que se põe é: lutar para reconstruir o mundo através das instituições existentes ou, apoiando-se nas multidões, nas suas necessidades e possibilidades, lutar para construir novas instituições? (Espósito *et al.*, 2001). É um erro, segundo Negri, pensar em fazê-lo através da defesa da democracia, isto é, da gestão liberal ou socialista do capital, pois como ter confiança nas velhas instituições, nascidas no fim da Segunda Guerra Mundial, depois de 50 anos de ineficiência? Precisa-se, ao invés, restabelecer a relação com o movimento social através da relação com as singularidades que formam a multidão e que assumem sobre si a produção da vida. Mas isso está além do mercado e da democracia, que é a sua forma política. A coisa fundamental é andar além da guerra e do mercado que é, tudo somado, a mesma coisa. Para isso se faz necessária uma verdadeira esquerda revolucionária. Segundo Negri, ou existe uma esquerda que considera fundamentais questões como o direito ao trabalho, que defende as grandes conquistas que a classe operária fez e herdamos do *Welfare State*, ou adeus mundo melhor. Ou



conseguimos inventar-nos uma outra forma ou podemos dar adeus ao nosso futuro. Como afirma Negri, hoje vivemos uma difícil, obscura e dolorosa fase de transição de um mundo a outro, do moderno ao pós-moderno, do fordismo ao pós-fordismo. Encontramos-nos mergulhados numa guerra civil entre a soberania imperial, que assume até a guerra como força ordenadora da cena global, e a resistência das multidões. Encontramos-nos numa situação como aquela da Mãe Coragem do famoso drama de Brecht, em meio à guerra dos Trinta Anos. Como naquela época, nos diz Negri, precisamos “resistir, sobreviver, tornar a dor um elemento que recompõe a subjetividade [...], fazer nossa a carroça da Mãe Coragem e transformar nossa miséria pelo menos em dignidade” (Espósito *et al.*, 2001, p. 128). “É uma nova experiência de exploração a que vivemos. Mas é também uma nova experiência de constituição ontológica” (Negri, 2000, p. 11). Nessa situação, não é a teoria que pode ajudar; “a teoria”, afirma Negri, “não pode ajudar ninguém – só a prática, a solidariedade concreta, a amizade e o amor estendem a mão” (Negri, 2000, p. 9). É através da ação e da prática em comum que, saindo da solidão, se constroem formas de resistências e de lutas contra o poder (Negri, 2003, p. 39). “As lutas determinam de fato o ser, o constituem – e são sempre abertas [...] Não se trata, em nenhum caso, de voltar a uma oposição [...] entre o poder e a multidão, mas de permitir à multidão, nas redes desmesuradas que a constituem e nas indefinidas determinações estratégicas que ela produz, que se liberte do poder” (Negri, 2003, p. 174-175).

## Referências

- BOLOGNA, S. e NEGRI, A. (eds.). 1972. *Operai e stato: lotte e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'ottobre e "New Deal"*. Milano, Feltrinelli.
- CLEAVER, H. 1981. *Leitura política de O Capital*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. 1992. *Mil platôs*. São Paulo, Editora 34.
- ESPÓSITO, R.; NEGRI, A. e VECA, S. 2001. *Dialogo su impero e democrazia*.

- Micromega Almanacco di Filosofia*, 5:115-134.
- FOUCAULT, M. 1989. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- HARDT, M. e NEGRI, A. 2001. *Império*. Rio de Janeiro, Record.
- NEGRI, A. 1978. *La classe ouvrière contre l'Etat*. Paris, Galilée.
- NEGRI, A. 1981. *L'anomalia selvaggia: saggio su potere e potenza in Baruch Spinoza*. Milano, Feltrinelli.
- NEGRI, A. 1999. Entrevista. *Revista de Literatura CULT*, 21.
- NEGRI, A. 2000. *Exílio*. São Paulo, Iluminuras.
- NEGRI, A. 2001. Entrevista por Luiz Hernández Navarro. *La Jornada*, julho.
- NEGRI, A. 2002. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.
- NEGRI, A. 2003. *Cinco lições sobre império*. Rio de Janeiro, DP&A.
- NEGRI, A. 2003. *Il ritorno, quase um'autobiografia*. Milano, Rizzoli.
- NEGRI, A. 2004. Entrevista. *Crítica Social*, 3.
- TRONTI, M. 1971. *Operai e capitale*. Torino, Einaudi.